



PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE - ESTADO DE RONDÔNIA

PROCESSO N° 011/2025

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei n° 011/2025.

AUTORIA: Prefeitura Municipal

RELATOR: Vereador Álvaro Bueno

I - RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final foi convocada para analisar o **Projeto de Lei n° 011/2025**, que dispõe sobre a **abertura de crédito adicional especial** no valor de **R\$ 271.179,25** (*duzentos e setenta e um mil, cento e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos*) para atender a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

O projeto tem como objetivo a utilização de recursos vinculados para investimento para a manutenção e melhoramento do programa educacional do município, por meio do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

É o necessário relato.

II - FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR

1. ANÁLISE JURÍDICA E CONSTITUCIONAL

A matéria encontra amparo na Lei Orgânica do Município de Alta Floresta D'Oeste, bem como na legislação federal que regula a abertura de créditos adicionais, em especial o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal e a Lei Federal n° 4.320/64.

O projeto atende aos requisitos legais, pois apresenta a devida fonte de recurso, sem comprometer o equilíbrio orçamentário municipal, e encontra respaldo na Lei Municipal n° 1980/2024, que prevê a possibilidade de suplementação e abertura de créditos adicionais.

2. ANÁLISE DA TÉCNICA LEGISLATIVA E REDAÇÃO FINAL

A redação do projeto está em conformidade com as normas de técnica legislativa, garantindo **clareza, coerência e precisão terminológica**. A estrutura do texto normativo está bem delineada, distribuída em capítulos e artigos que regulam de forma clara os processos de licitação, contratação direta e fiscalização das contratações.



Alta Floresta D'Oeste

Assessoria das Comissões

3. MÉRITO

A documentação apresentada demonstra a regularidade fiscal do Município, evidenciando a capacidade de absorver o crédito adicional sem comprometer a saúde financeira da administração.

A urgência solicitada para a tramitação do projeto é justificada pela necessidade de rápida implementação das ações na área da educação, especialmente em um momento em que a população demanda melhorias nos serviços públicos.

Dada a origem dos recursos e sua vinculação específica, não há prejuízo ao orçamento municipal, sendo que a destinação está alinhada com as políticas públicas voltadas à educação.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, após avaliar a matéria como Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifesto o meu voto **FAVORÁVEL**, opinando pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 011/2025**, por serem constitucionais, legais, juridicamente viáveis e adequados à técnica legislativa.


Vereador **ÁLVARO BUENO**
Relator

III - VOTO DA COMISSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do **Projeto de Lei nº 08/2025**, por estar em conformidade com a legislação vigente e por se tratar de matéria de interesse público relevante.

Assim, submetemos o presente parecer à consideração dos Nobres Vereadores para deliberação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, aos sete dias do mês de fevereiro de 2025.


Vereador **FLAMARION DA SAÚDE**
Presidente


Vereador **ANDRÉ SELEPENQUE**
Membro

Palácio Claudomiro Neves da Silva